



**Carta Circular Sinait nº 001/2018
2018**

Brasília – DF, 10 de agosto de

Assunto: Publicação de livro com Artigos Científicos sobre a reforma trabalhista

Prezados Colegas,

O Sinait – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho pretende publicar um livro com artigos científicos produzidos por Auditores-Fiscais do Trabalho tendo como questão central a **“reforma trabalhista” na visão dos Auditores-Fiscais do Trabalho e os prejuízos para os trabalhadores no primeiro ano da Lei 13.467/2017.**

O objetivo da coletânea desses artigos é, a partir da experiência profissional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, aprofundar o debate sobre a aplicabilidade da Lei 13.467/2017 entre os que operam o Direito do Trabalho. Vamos somar a visão da Auditoria-Fiscal do Trabalho a outras importantes publicações de instituições e entidades que atuam no campo jurídico, que representam Magistrados da Justiça do Trabalho, Procuradores do Trabalho, Advogados Trabalhistas e a Academia, ampliando a discussão sobre o preocupante futuro das relações de trabalho no Brasil.

A produção científica dos Auditores-Fiscais do Trabalho irá contribuir para a promoção e disseminação de conhecimento na área de legislação do trabalho e segurança e saúde. Consolidará nossa posição sobre essas profundas alterações que ferem princípios fundamentais como a cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho.

Os filiados do Sinait que desejarem elaborar artigo científico, que poderá ser individual ou coletivo, para eventual publicação no livro devem encaminhar **até às 18 horas do próximo dia 17 de agosto (sexta-feira)**, um e-mail para o endereço artigocientifico@sinait.org.br, informando o



**Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho**

SCN Quadra 01, Bloco C nº 85 Ed. Brasília Trade Center Salas: 401/408 - CEP 70.711-902 - Brasília-DF - Tel.: (61) 3328-0875
www.sinait.org.br

assunto de sua preferência dentre os temas indicados na relação abaixo, para que a diretoria do Sinait possa projetar o dimensionamento e o alcance temático da coletânea, de modo a termos uma análise abrangente da reforma trabalhista.

Os artigos científicos deverão observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, notadamente as seguintes: NBR 6022 (Apresentação de artigos de publicações periódicas); NBR 6023 (Referências bibliográficas); NBR 6024 (Numeração progressiva das seções de um documento); e NBR 10520 (Apresentação de citações em documentos).

Os textos deverão ser apresentados na forma de artigo científico, conter o título, nome do autor/coautor(es), um resumo de no máximo 1.400 caracteres e palavras-chave/descriptores (mínimo de três e máximo de cinco) **e deverão ser encaminhados posteriormente, até o dia 24 de setembro de 2018, exclusivamente por meio eletrônico**, em arquivo gerado no editor de texto Microsoft Word for Windows ou programa similar e compatível, com as seguintes especificações: fundo branco e layout tamanho A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e margens inferior e direita de 2 cm; mínimo de 15 (quinze) e máximo de 25 (vinte e cinco) laudas, incluídas as referências bibliográficas, com páginas numeradas sequencialmente no canto inferior direito; fonte Times New Roman, cor preta, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5; e sistema numérico de citações.

Conclamamos os filiados a participarem dessa iniciativa de modo a levar a contribuição da Inspeção do Trabalho a esse importante debate.

Cordialmente,

Carlos Fernando da Silva Filho

Presidente do Sindicato



Temas a serem explorados

- Reflexos da reforma trabalhista sobre o Sistema Federal da Inspeção do Trabalho – SFIT;
- Reforma trabalhista brasileira e as repercussões sobre a vida e a saúde dos trabalhadores;
- Negociações coletivas ante a prevalência do negociado sobre o legislado;
- A reforma trabalhista e seus reflexos sobre o tripartismo;
- Impactos da reforma trabalhista sobre a Previdência Social;
- Impactos da reforma trabalhista sobre o FGTS;
- Trabalho escravo e degradante e a reforma trabalhista;
- A reforma trabalhista e as perspectivas sobre a ocorrência de acidente de trabalho;
- Remuneração (verbas salariais, indenizatórias e equiparação salarial) e extinção do contrato de trabalho (rescisão contratual por acordo mútuo, termo de quitação anual de obrigações trabalhistas);
- Contribuição sindical – representação dos trabalhadores na empresa e sistema sindical brasileiro;
- Trabalho intermitente (área rural e urbana), teletrabalho, trabalho autônomo, trabalho temporário e trabalho em tempo parcial;
- Terceirização;
- Saúde e segurança no trabalho: desvinculação dos limites de jornada de trabalho da proteção da saúde do trabalhador e possibilidade de reenquadramento de grau de insalubridade por negociação coletiva;
- Trabalho da mulher gestante e lactante em ambiente insalubre;
- Jornada de trabalho – horas *in itinere*, intervalo intrajornada, prorrogação, compensação e banco de horas e jornada 12x36 e negociação individual;
- Ultratividade das normas coletivas;
- Grupo econômico e sucessão de Empresas; Incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- Outros pontos tratados na Lei **13.467/2017 (especificar)**.